

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

27

JULHO / SETEMBRO
DE 1982

BOLETIM DA PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034-22172

Condições de assinatura anual:

Via Normal

Via Aérea:

Continente, Ilhas e Espanha	200\$00	Estrangeiro	350\$00
Outros países	300\$00	Número avulso	50\$00

27

JULHO / SETEMBRO 1982

ANO VII

Apresentação

Reflectir e viver o Mistério Pascal — *D. Júlio Tavares Rebimbas*

Os Ministérios não ordenados na Igreja — *Pierre Journel*

A distribuição dos salmos na Liturgia das Horas — *José de Leão Cordeiro*

Correio dos leitores

VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

Composto e impresso na TIPAVE-AVEIRO — 1 000 ex.

O VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, mais ainda que todos os outros que o precederam desde 1975, absorveu o tempo, os trabalhos e as preocupações deste SNL ao longo do 3.º trimestre deste ano, apesar de começar a ser preparado logo após o encerramento do VII Encontro.

Não se nos levará, pois, a mal que este número do Boletim saia com algum atraso, embora continue bem vivo o projecto inicial deste ano de recuperar a pontualidade perdida.

O primeiro artigo «reflectir e viver o mistério pascal» é de D. Júlio Tavares Rebimbas, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, e transcreve muito parcialmente as palavras proferidas no encerramento do VIII Encontro. Pela sua clareza, vigor e discernimento, bem pode rasgar horizontes aos leitores que, mesmo sem terem estado em Fátima de 14 a 18 de Setembro pp., encontrarão, por certo, nesta tomada de posição normas orientadoras para uma reflexão profunda sobre a vivência do mistério pascal na Liturgia e na Igreja. De resto, esta transcrição parcial não contraria o projecto da publicação de todos os trabalhos do VIII Encontro, prevista para os primeiros números de 1983.

O estudo de Pierre Jounel sobre «os ministérios não ordenados da Igreja», depois de sair em primeira mão na prestigiada revista francesa La Maison-Dieu, foi integralmente transcrito no órgão da Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino (Secção Culto Divino). Além

desta justa consagração, merece uma leitura atenta, já que se torna indiscutível a sua fundamentação, rigor e oportunidade.

O P. José de Leão Cordeiro, vogal do SNL e colaborador assíduo deste Boletim, estuda a distribuição dos salmos pelas quatro semanas do Ordinário da Liturgia das Horas e mostra, em quadros sucessivos, os salmos de cada Hora nos diversos dias e semanas, não deixando de temperar a eventual frieza dos números com o calor das mais oportunas anotações. Por sinal, a última destas anotações refere que «a nova distribuição pretende favorecer a oração serena e meditativa dos salmos e a progressiva assimilação do seu conteúdo, de modo a fazer deles, cada vez mais, verdadeira prece cristã». Apraz-nos crer que a leitura deste trabalho, mormente se for acompanhada da leitura dos salmos à medida que forem apontados, possa contribuir para tornar mais compreensiva e cristã a oração dos salmos.

No «correio dos leitores», seleccionaram-se as opiniões de alguns leitores sobre os últimos números do Boletim e algumas críticas do VIII Encontro. Esta colaboração dos leitores é recebida pela direcção do Boletim com o melhor acolhimento não só quando louva e aplaude, mas também quando sugere e discorda. Apesar das nossas responsabilidades officiosas no campo da Liturgia, não gostaríamos de fazer do Boletim um meio de comunicação unidireccional, em que sejam apresentadas somente as nossas opiniões, critérios e iniciativas.

REFLECTIR E VIVER O MISTÉRIO PASCAL

O Evangelho não é uma simples mensagem de libertação humana, nem poder ser lido como defesa e garantia de uma ordem definitivamente constituída no domínio religioso, social ou político. Os projectos de uma sociedade mais justa, livre, com mais oportunidades para a plena realização pessoal e comunitária, são aspectos do projecto de Deus acerca do homem já realizado em Jesus Cristo.

O ideal cristão não é a transformação das estruturas sociais, económicas e políticas, sem ter em consideração os mistérios da fé. A Igreja não tem a missão de anunciar, fundamentalmente, uma ética social ou um espiritualismo desencarnado, mas anuncia aos homens a salvação que Deus nos ofereceu em Cristo, proclamando a sua Palavra, educando os homens na fé, celebrando os sacramentos, dando testemunho da caridade fraterna.

Dentro desta perspectiva e suas consequências, integra-se a proclamação das exigências sociais da mensagem cristã e a denúncia das injustiças. Com tanto mais eficácia quanto mais a Igreja for fiel à sua missão: oferecer aos outros a possibilidade de acesso ao mistério de Cristo, lembrar aos homens permanentemente o mistério da vida, a Palavra, a Morte e a Ressurreição de Cristo — o Mistério Pascal.

A mentalidade secularizada levanta obstáculos concretos à evangelização e aos sacramentos. Também novos problemas se apresentam à Igreja em ordem à promoção humana que é parte constitutiva da mensagem de salvação (cf. Sínodo dos Bispos, 1971, A.A. 5) e na solução dos quais ela deve, sempre sem perda de identidade, colaborar.

A evangelização frente aos novos e crescentes condicionalismos da vida, não permite uma concentração quase única sobre a prática sacramental, ritualizando-a, num contexto desprovido da vitalidade da fé. Mas a evangelização tende para o sacramento e nele atinge toda a sua plenitude. Também aqui há que ter em conta a quadralidade da linha exigitiva e considerar as situações concretas e os níveis de fé, muitas vezes fruto, no que respeita à recepção dos sacramentos, de longos espaços e práticas sem prioridade evangelizadora. A acção pastoral tem de ser profundamente realista, fugir de impor e ser proposta concreta de Jesus Cristo, cujo Espírito é amor conciliador e não arreliador.

A Igreja está fundada em Cristo, o Mestre da paciência pastoral, que não é o mesmo que preguiça, nem se identifica com rotineirismo. Quando Se sentou junto ao poço de Jacob, fatigado, e veio até junto d'Ele a mulher samaritana, desenvolveu uma pedagogia cheia de universalidade, itinerário de acolhimento, proposta e conversão. Quando Tiago e João regressavam, escamados, da mal sucedida viagem à Samaria e estavam prontos a mandar vir fogo do céu, feridos no seu amor próprio, Ele repreendeu-os: «não sabeis de que espírito sois. O Filho do Homem não veio para perder a vida dos homens, mas para salvá-la».



A pastoral litúrgica é realizada, hoje, pelo povo de Deus com o objectivo de edificar o Corpo de Cristo, mediante as acções eclesiais do culto cristão, tendo em conta a situação real dos homens.

Sendo assim, é evidente que entramos em tensões, quando procuramos a renovação pela pastoral litúrgica. Ela toca com formas secundárias estabelecidas, nem sempre bem. As dificuldades nascem de conceitos incompletos de liturgia, de um sentido exageradamente clerical, de uma visão inexacta do homem. Aparece o individualismo frente à assembleia comunitária, o clericalismo frente ao lugar dos leigos na Igreja, o rubricismo frente à significação dos ritos, o triunfalismo frente à simplicidade evangélica e às sensibilidades actuais, o angelismo frente às exigências vitais humanas, o sacramentalismo frente à fé pessoal salvadora, e certas devoções frente à piedade litúrgica. E outras antinomias se podem incluir nestas que já bastam para se fazer uma ideia do que pode acontecer, mais do que isso, do que acontece.

O mistério pascal e a sua celebração perpassaram nestes dias por nós, aqui reunidos, não como investigadores académicos, ou como consultores de neo-rubricismos ou pesquisadores de situações mais ou menos canónicas, mas como «gente santa, sacerdócio real, povo adquirido», participante na história da salvação, fiéis à tradição viva que recebe e transmite os mistérios de Deus.

Aqui viemos ouvir, reviver, conviver, talvez descobrir, pela palavra que nos foi comunicada e pela experiência de participação activa, caminhos de renovação interior voltados para a renovação pastoral-litúrgica, tão necessária nas nossas assembleias e comunidades cristãs.

Vieram, uns pela primeira vez, outros pela oitava, por via da procura do sentido profundo da Liturgia, tendo em conta a situação real dos homens da nossa terra e desejando assumir uma dinâmica missionária que nos permita levar aos outros e às comunidades cristãs donde somos e onde vivemos a Liturgia da Igreja.

† JÚLIO, ARC. BISPO DO PORTO

OS MINISTÉRIOS NÃO ORDENADOS NA IGREJA

Em 1972, quando apareceu o *Motu próprio* de Paulo VI «reformando a disciplina da tonsura, das ordens menores e do subdiaconado na Igreja Latina», não escapou a ninguém o carácter inovador deste documento. Ao longo de várias gerações, particularmente em França, a preparação espiritual dos futuros padres valorizava as duas «etapas do sacerdócio» que foram agora abolidas: a tonsura e o subdiaconado. É verdade que o subdiaconado não podia continuar a ser considerado uma ordem maior, em sentido estrito, desde que em 1947 Pio XII definiu os ritos sacramentais das Ordens Sacras do episcopado, do presbiterado e do diaconado, mas ainda se não haviam tirado todas as consequências desta decisão.

Para atingir o alcance do *Motu próprio* *Ministéria quaedam*, é conveniente fazer a história da sua preparação antes de analisar e de mostrar, depois, como ele se radica na tradição.

I - A preparação do *Motu próprio*

No início de 1964, o Papa Paulo VI constituiu uma *Comissão (Consilium)* para a execução da *Constituição conciliar sobre a Liturgia*. Foi confiado a um grupo de trabalho a reforma do Livro I do Pontifical Romano, que continha as Ordenações e as Bênçãos solenes ou Consagrações das pessoas. Sob a direcção de D. B. Botte, o grupo dedicou-se primeiramente à revisão das três Ordens sacras. O novo ritual foi promulgado no dia 15 de Agosto de 1968.

O projecto do Consilium (1966)

Estas mesmas pessoas foram incumbidas de renovar igualmente os ritos das Ordens menores, mas não de propor a sua substituição. O problema tinha sido abordado pelos quarenta cardeais e bispos que

constituíam o Consilium desde 1965. Eles encarregaram um grupo particular, reunido à volta de Mons. Emílio Guano, bispo de Livorno, de estudar o assunto e de apresentar propostas. Estas foram submetidas ao Consilium em Outubro de 1966. Os Padres aprovaram as seguintes propostas:

— que se submetesse à aprovação do Papa a supressão das quatro Ordens menores;

— que o subdiaconado — ficando a única Ordem menor — pudesse ser conferido a homens não candidatos ao diaconado ou ao presbiterado, e que a recepção do subdiaconado não fosse obrigatória antes da do diaconado;

— que o rito de entrada no clero fosse tratado fora das Ordens;

— que se possa dar aos leigos uma bênção particular para os estabelecer, de modo estável, num serviço litúrgico, como leitor, acólito ou ministro extraordinário da comunhão, assim como nas missões não litúrgicas, como a de catequista.

O projecto do Consilium foi conhecido e severamente comentado nos meios da Cúria Romana antes de ser apresentado ao Papa, de modo que teve de ser abandonado.

A conservação dos ritos do Pontifical apresentava contudo dificuldades cada vez maiores, devido à evolução da mentalidade dos candidatos ao sacerdócio e da restituição do diaconado permanente. Sem se terem combinado, os episcopados alemão e francês mandaram preparar, cada um deles, um projecto quase idêntico, que submeteram à Congregação do Culto Divino, herdeira do Consilium (1969). Aprovado *ad experimentum* e até nova decisão, este projecto continha a supressão do subdiaconado, das quatro ordens menores e da tonsura, substituídas pelos seguintes ritos:

- um rito de admissão entre os candidatos ao diaconado ou ao presbiterado;

- duas bênções para os leitores e os acólitos, constituídos ministros extraordinários da comunhão;

- uma fórmula de compromisso com o celibato na ordenação dos diáconos não casados.

O projecto da Congregação do Culto Divino (1970)

No final de 1970, a Congregação do Culto Divino elaborou um projecto próprio. Aceitando a supressão do diaconado e das Ordens de ostiário e de exorcista, bem como a tonsura, este projecto mantinha o leitorado e o acolitado como Ordens menores, que deveriam ser obrigatoriamente recebidas antes do diaconado. Quanto ao rito de admissão entre os candidatos ao diaconado ou ao presbiterado, ele tomava-se um rito de admissão entre os clérigos. Apesar das semelhanças com o projecto dos bispos transalpinos, o da Congregação manifestava um espírito totalmente diverso. É que esta deveria ratificar as advertências da Congregação dos Sacramentos, que considerava essencial a permanência das duas Ordens menores e da noção de clericatura.

Reunidos em assembleia plenária, os Padres da Congregação do Culto Divino rejeitaram quase por unanimidade o projecto que lhes fora apresentado e propuseram ao Papa os seguintes votos:

- que a palavra «clérigo» seja mantida apenas para as Ordens sacras, se bem que a noção de privilégio que ela encobre já não convenha depois do Vaticano II. As Ordens são um ministério na Igreja e um serviço do povo de Deus;
- que a incardinação se efectue pela recepção do diaconado;
- que a palavra «ordenação» seja reservada somente às Ordens Sacras, que são conferidas pela imposição das mãos;
- que o rito de admissão entre os candidatos ao sacramento da Ordem tenha uma carácter espiritual e não jurídico. Ele parece inútil para os religiosos;
- que sejam concedidas às Conferências episcopais faculdades mais amplas para determinarem os ritos destinados a santificar certos ministérios litúrgicos ou não litúrgicos e para organizar estes ritos;
- que uma comissão mista de peritos das Congregações dos Sacramentos, do Ensino católico e do Culto divino seja encarregada de clarificar as coisas, devendo ser preponderante o parecer da Congregação do Ensino católico, porque «seria inútil renovar os ritos se eles não fossem aceites por aqueles a quem se destinam».

O *Motu próprio* *Ministéria quaedam* constitui a resposta do Papa Paulo VI aos votos que lhe tinham sido propostos. Antes de tomar a sua decisão, o Papa impôs-se mais de um ano de reflexão. Convém sublinhar a preocupação que ele manifestou nesta circunstância, como em tantas outras, de satisfazer uma necessidade pastoral deste tempo, porque, pela sua idade e sensibilidade espiritual, estava certamente longe de admitir à priori o seu fundamento.

II - Os Ministérios não ordenados

O *Motu próprio* de 1972 fez claramente a distinção entre os ministérios ordenados pela imposição das mãos do bispo e todos os outros ministérios, litúrgicos ou não, no povo de Deus. E não fez menos claramente a distinção entre o clero e o povo, reservando o título de clérigo ao bispo, ao padre e ao diácono. O documento estabelece dois ministérios instituídos, os do leitor e do acólito. Mas, ao lado dos ministérios instituídos, há outros, o do ministério extraordinário da Eucaristia e as demais funções assumidas pelos leigos na celebração litúrgica. O ministério extraordinário da Eucaristia foi regulado pela Instrução *Immensae Caritatis* da Congregação dos Sacramentos (1973), e os outros são descritos na segunda edição típica do Missal Romano (1975), a que se lê no princípio da edição francesa deste Missal. Quereríamos apresentar aqui o conjunto dos ministérios não ordenados.

Os Ministérios instituídos

Para compreender a natureza e o objecto dos ministérios instituídos do leitorado e do acolitado, não nos devemos referir somente ao *Motu próprio* *Ministéria quaedam*, mas também ao rito da instituição, particularmente ao modelo de homilia que abre a celebração.

Os princípios directores

Primeiramente o *Motu próprio* recorda a existência, na Igreja dos primeiros séculos, de ministérios pelos quais a Igreja «confiava a certos fiéis o encargo de exercer funções litúrgicas e caritativas, de acordo com as circunstâncias». É de notar aqui que são consideradas as actividades caritativas, porque o documento transcende o domínio da liturgia. Declara, a seguir, que, pela colação destas funções, «o fiel era constituído numa classe ou ordem particular para desempenhar uma determinada função eclesiástica». Com o estabelecimento do fiel numa classe ou ordem particular, vê-se nascer um processo de separação entre estes ministros e o povo. Quando S. Cipriano confere solenemente a um confessor da fé o encargo de proclamar a palavra de Deus, não parece colocá-lo à parte dos seus irmãos, mas refere-se também, por vezes, à noção de clérigo por oposição à de povo: *clero et plebi legi praecipit*, diz a respeito duma carta que anunciava a perseguição iminente. No século IV, os ministérios do ostiário, leitor, exorcista, acólito e subdiácono estão em uso na Igreja do Ocidente e a clericatura torna-se um privilégio concedido a todos os ministérios. Pelo facto de ser ordenado, o clérigo não depende mais da autoridade civil mas da autoridade religiosa, inclusive no que se refere à justiça. Igualmente ficava dispensado da obrigação de prestar serviço militar. «Doravante vós dependeis da jurisdição da Igreja», dizia recentemente ainda o bispo ao conferir a tonsura clerical. Com a tonsura chegou-se à noção de clericatura independente dum ministério preciso. Por essa razão, até ao século XVIII, não se hesitou em mandar fazer tonsurar as crianças. O uso vinha de longe, porque as duas mais antigas inscrições onde se fala de clérigo, dizem respeito a crianças mortas aos 8 e aos 12 anos.

É contra uma tal evolução que toma partido *Ministéria quaedam*. Ao substituir a noção de ordenação pela de instituição, ao declarar que serão considerados clérigos «somente aqueles que receberam o diaconado», o Papa Paulo VI evidencia melhor «a distinção entre clérigos e leigos, entre o que é próprio dos clérigos e lhes está reservado, e o que pode ser pedido aos leigos; assim aparecerão mais claramente as suas mútuas relações». *Ministéria quaedam* inscreve-se em linha recta na Constituição conciliar *Lumen gentium* sobre a Igreja, inspirando-se na distinção formulada por esta entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico.

Daí resulta uma consequência. Doravante os ministérios são considerados como serviços da Igreja, tendo a sua consistência em si mes-

mos, e não mais como períodos de prova ou escalões a transpor para atingir o sacerdócio, embora convenha que diáconos e padres sejam chamados a desempenhar estas funções. Em Roma, na alta Idade Média, exercia-se habitualmente uma das ordens menores, a de leitor ou de subdiácono, por exemplo, antes de se ser ordenado de diácono. Nasceu na Gália a imposição de receber sucessivamente a tonsura e todas as ordens menores antes do diaconado. Alargou-se depois à Alemanha e não chegou a Roma antes dos séculos XI-XII.

A Instituição

A distinção entre ordenação e instituição provém, como se dirá mais abaixo, da *Tradição Apostólica* de Hipólito. «O leitor, lê-se aí, é instituído quando o bispo lhe entrega o livro, porque ele não recebe a imposição das mãos». Pode ler-se ainda: «Quando se institui uma viúva, ela não é ordenada, mas designa-se com este título». A palavra grega subjacente ao termo instituição indica a investidura num cargo. Era usado correntemente para significar a tomada de posse dum funcionário.

A instituição confere um cargo estável. Normalmente, o leitor ou o acólito não é colocado na sua função por um certo período mas para sempre, ainda que as circunstâncias não lhe permitam exercer o seu ministério.

A instituição confia responsabilidades que transcendem a celebração litúrgica. Assim o leitor é chamado a «velar pela preparação dos outros fiéis que ocasionalmente devem ler a Sagrada Escritura»; recebe igualmente uma missão catequética na preparação dos seus irmãos para a recepção dos sacramentos. Por este título, poderão confiar-se-lhe responsabilidades na preparação dos pais para o baptismo do seu filho ou na dos noivos para o casamento. Poderão também encarregá-lo da formação bíblica dos fiéis numa paróquia ou grupo. Da mesma forma o acólito, além das suas funções litúrgicas, pode ser incumbido de «velar pela preparação dos outros fiéis que seriam chamados ocasionalmente a auxiliar o padre ou o diácono» na celebração. É ainda ele que assume a responsabilidade dos seus irmãos para os «formar na oração» (Rito da instituição). É de apreciar, por isso, a tradução francesa que chama ao leitorado «o serviço da Palavra» e ao acolitado «o serviço da oração comunitária e da Eucaristia».

A instituição num ministério, finalmente, desafia a um testemunho de vida em relação com o serviço assumido.

Os dois ministérios instituídos

Os ministérios da Palavra e do Altar, outrora exercidos pelo leitor, o acólito e o subdiácono, são duas funções importantes que devem manter-se na Igreja do Ocidente. Efectivamente, a tradição tinha feito do subdiácono o primeiro dos leitores (lia a epístola) e o primeiro dos

acólitos (levava o pão e o vinho ao altar no ofertório). Já que esta ordem não tinha nenhum carácter específico, a sua supressão tornou mais claras as funções do leitor e do acólito.

Mas, ao lado destes dois ministérios comuns ao conjunto da Igreja latina, as Conferências episcopais podem solicitar à Sé Apostólica a instituição de outros ministérios para as suas próprias regiões. «Nesta categoria avultam, por exemplo, as funções... de catequistas e de outras ainda confiadas àqueles que se dedicam às obras de caridade». Cada vez mais se confia a leigos a responsabilidade de uma paróquia. A esta função poderia estar unido um ministério instituído.

O serviço da Palavra

As funções do leitor estão claramente expostas no *Motu próprio*:

O leitor é instituído para a função que lhe é própria: ler a palavra de Deus nas assembleias litúrgicas. Por isso mesmo, na Missa e nas demais acções sagradas, será ele a fazer as leituras da Sagrada Escritura (à excepção, porém, do Evangelho); na falta do salmista, será ele também a recitar o salmo entre as leituras; ademais, será ele a apresentar as intenções da oração dos fiéis quando não houver diácono ou cantor; a dirigir o canto e a orientar a participação do povo fiel; por último, a preparar os fiéis para a recepção digna dos sacramentos. Poderá, além disto, na medida em que for necessário, ocupar-se da preparação dos outros fiéis, os quais, por encargo temporário, devam ler a Sagrada Escritura nas acções litúrgicas.

A homilia que abre o rito da instituição formula as mesmas normas numa linguagem menos jurídica e esclarece-lhe o espírito. O bispo começa por dizer em que consiste concretamente o anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo:

O anúncio da palavra do Senhor pode fazer-se de muitos modos: desde o simples diálogo até à procura em comum das exigências do Evangelho, desde a catequese que procura esclarecer e alimentar a fé até à iniciação nos sacramentos aos quais se preparam os adultos e as crianças, desde o anúncio de Jesus Cristo aos homens que não O conhecem até à proclamação da Palavra na assembleia litúrgica. Certamente os bispos, os padres e os diáconos são os primeiros responsáveis por este anúncio da Palavra, mas eles precisam que outros cristãos os ajudem no exercício desta responsabilidade.

O bispo confia então a missão àqueles que vai instituir no leitorado:

Nós vos confiamos hoje este serviço da fé, que se radica na palavra de Deus.

Pede-lhes a seguir que «acolham eles mesmos a palavra de Deus», que «a meditem atentamente» e que «se deixem instruir pelo Espírito Santo». Após uma oração sobre aqueles que ele institui como leitores, entrega a cada um a Sagrada Escritura, dizendo:

Recebe o livro da Sagrada Escritura e anuncia fielmente a palavra de Deus, para que ela seja cada vez mais viva no coração dos homens.

O serviço da oração comunitária e da Eucaristia

O *Motu próprio* define longamente as funções do acólito:

O acólito é instituído para ajudar o diácono e ministrar ao sacerdote. É sua tarefa, portanto, cuidar do serviço do altar. (...) Pertence-lhe distribuir, como ministro extraordinário, a sagrada comunhão, todas as vezes que o sacerdote e o diácono faltarem ou não o puderem fazer (...) ou que o número dos fiéis que comungam for tão elevado que possa vir a ocasionar uma demora excessiva da Missa. Pode-lhe ser confiado ainda, em circunstâncias extraordinárias, o expor publicamente o Santíssimo Sacramento à adoração dos fiéis, e, depois, fazer a respectiva reposição; não pode, porém, dar a bênção ao povo. Na medida em que for necessário, poderá ele também cuidar da instrução de outros fiéis que, por um encargo temporário, devam ajudar o diácono ou o sacerdote nas acções litúrgicas — transportando o missal, a cruz, as velas, etc., ou exercendo outras funções deste género.

A homilia do bispo, na sua adaptação francesa, insiste no «serviço da oração comunitária e da Eucaristia», de acordo com o título dado a este ministério. O acólito está ao serviço do corpo de Cristo tanto na Igreja como na Eucaristia:

Deveis dedicar-vos doravante à preparação dos fiéis na oração e à participação, activa e consciente, na celebração comum do Deus vivo. A vós se confia o ministério de ajudardes os presbíteros e os diáconos no desempenho do seu múnus, e de distribuírdes aos fiéis, incluindo os doentes, como ministros extraordinários, a sagrada comunhão.

Depois, o bispo pede-lhes que façam da sua vida uma oferenda espiritual, em união com o sacrifício de Cristo, e testemunhem um amor verdadeiro pelo Corpo Místico de Cristo, ou seja, o Povo de Deus, sobretudo os pobres e os doentes.

Após ter rezado por aqueles que institui como acólitos, o bispo entrega, a cada um, um vaso com pão ou com vinho para serem consagrados, dizendo:

Recebei este pão (ou: este vinho) para a celebração da Eucaristia, e vivei de tal modo que possais servir dignamente a mesa do Senhor e da Igreja.

Os novos acólitos apresentam então o pão e o vinho na preparação dos dons.

A fundamentação dos dois ministérios instituídos na tradição

Já se pôs em relevo que a noção de instituição provinha da *Tradição Apostólica* de Hipólito, que exerceu uma influência capital em diversos domínios da reforma litúrgica pós conciliar. Dela foram extraídas, entre outras, a Oração Eucarística II e a Oração consecratória da ordenação do bispo.

Quanto às funções atribuídas ao leitor e ao acólito e aos ritos da sua instituição, foi a liturgia romana da alta Idade Média (séculos VI-VIII) que lhes forneceu o modelo.

O leitorado era habitualmente conferido às crianças. Quando um pai de família destinava um dos seus filhos ao leitorado, apresentava-o ao Papa. Para avaliar a sua capacidade, levava-se o candidato a ler em público no Ofício da Vigília. Se o exame era concludente, o Papa abençoava a criança e esta era desde então admitida entre os leitores.

O acólito tinha como função principal conservar aberto diante dos sacerdotes um saco de linho contendo o pão consagrado para que estes o fraccionassem antes da comunhão da Missa, e, em seguida, levar a Eucaristia aos ausentes. Na Missa Papal, sete acólitos levavam também, à frente da procissão de entrada, sete círios que colocavam depois diante do altar. A ordenação do acólito fazia-se antes da comunhão. Este apresentava-se diante do Papa, de cujas mãos recebia o saco de linho, e depois o pontífice rezava uma oração de bênção de carácter geral ⁽¹⁾.

Roma não conhecia a ordenação do ostiário e do exorcista, cujas funções cedo entrariam em desuso. A enumeração das funções das cinco ordens menores e as orações que as conferiam até ao nosso tempo são de origem galicana ⁽²⁾.

Os ministérios não instituídos

Encontramos entre os ministérios não ordenados um certo número, de ordem litúrgica ou caritativa, que não é objecto de uma instituição. O principal de entre eles é o ministério extraordinário da Eucaristia.

O ministério extraordinário da Eucaristia

Quando da aplicação da constituição conciliar sobre a liturgia que prescrevia, de modo particular, a comunhão dos fiéis na Missa imediatamente depois do sacerdote, alguns pastores julgaram indispensável receber uma ajuda nesta função. Desde 1966, a Congregação para os

⁽¹⁾ M. ANDRIEU, *Les Ordines romani du haut moyen âge*; tomo 3, Lovaina 1951, Ordo 34, p. 603 (acólito); tomo 4, Lovaina 1956, Ordo 35, pp. 33-34 (leitor).

⁽²⁾ C. MUNIER, *Les Statuta Ecclesiae antiqua*, Paris, 1960, pp. 96-98.

Sacramentos enviou aos Núncios Apostólicos uma Instrução que não devia tornar-se pública. Esta Instrução *Fidei custos* concedia aos bispos o poder de autorizar os leigos a distribuírem a comunhão em caso de necessidade. A Conferência Episcopal francesa, em 1968, manifestou o desejo de que esta faculdade fosse concedida ao conjunto do seu território. O pedido foi aceite em 1970. Três anos mais tarde, uma nova Instrução romana, *Immensae caritatis*, retomou o texto do documento de 1966, tornou mais precisas as suas normas e facilitou-lhe a aplicação. Foi promulgada no dia 29 de Janeiro de 1973 ⁽³⁾. Eis o essencial da sua regulamentação:

Os bispos podem escolher designadamente fiéis como ministros extraordinários da Eucaristia, que poderão comungar por suas próprias mãos, distribuir a comunhão aos outros e levá-la aos doentes, se não houver sacerdote, diácono ou acólito disponíveis ou se, na Missa, for importante o número dos que comungam.

Os bispos podem autorizar todos os padres no exercício das funções sagradas a deputar uma pessoa capaz para distribuir a comunhão num caso preciso, se isso for verdadeiramente necessário.

A pessoa capaz será designada pela seguinte ordem: leitor, candidato ao sacerdócio, religioso, religiosa, catequista, fiel (homem ou mulher).

Se houver tempo, convém que a pessoa escolhida receba esta «delegação» conforme um rito elaborado para este fim. Esta pessoa terá o cuidado de dar a comunhão segundo as normas litúrgicas.

Pode perguntar-se em que é que o ministro extraordinário da Eucaristia se distingue do acólito. É preciso notar, antes de mais, que ele não é *instituído*, estabelecido num cargo permanente, mas delegado para uma acção determinada, quer seja de modo relativamente estável, quer seja para uma função transitória. Além disso, ele só é delegado para distribuir a comunhão, enquanto o acólito é encarregado, em primeiro lugar, da oração comunitária e da formação dos diversos participantes da celebração. Por último, se a instituição é reservada aos homens, a delegação pode ser também atribuída às mulheres.

É lamentável que não se tenha publicado nenhuma tradução francesa do *Rito para deputar um ministro extraordinário para distribuir a sagrada comunhão* ⁽⁴⁾. Encontram-se, no entanto, no Missal as palavras que o sacerdote pronuncia ao entregar as sagradas espécies ao fiel encarregado de dar a comunhão: «Eis o pão da vida; ide servir os vossos irmãos na mesa do Senhor», ou: «O Senhor vos abençoe para distribuídes agora aos vossos irmãos o pão que Ele partiu para eles» (ed. 1974, p. [133]).

⁽³⁾ *Documentation catholique* 70 (1973), pp. 358-359.

⁽⁴⁾ O texto latino apaneceu na revista da Congregação do Culto Divino *Notitiae* 9 (1973), pp. 165-167. Comentário deste rito: *ibid.* pp. 168-173.

Os outros ministérios confiados aos leigos

Além dos ministérios instituídos ou delegados, há numerosos ministérios litúrgicos que pertencem, de pleno direito, aos leigos na celebração. São descritos no Capítulo III da Instrução Geral do Missal Romano.

Em primeiro lugar, vem a proclamação da palavra de Deus (n. 66). «O leitor tem na celebração da Eucaristia uma função que lhe é própria e que ele deve exercer por si mesmo, ainda que haja outros ministros de grau superior». É necessário que ele seja «realmente idóneo e cuidadosamente preparado».

Com o leitor vem o salmista, a quem pertence recitar o Salmo ou o cântico bíblico colocado entre as leituras (n. 67).

Entre os outros ministros, é preciso notar antes de mais «aqueles que levam o missal, a cruz, as velas, o pão, o vinho, a água, o turíbulo». Notar-se-á nesta enumeração a importância que é dada à procissão dos dons no princípio da liturgia eucarística. A seguir, vêm o comentador, os ministros do acolhimento e os que fazem a colecta (n. 68). O ordenamento das acções destes vários ministros será entregue a um ministro encarregado da coordenação (n. 69).

Depois desta enumeração dos diversos ministérios a Instrução Geral determina que «todos os ministérios inferiores aos que são próprios do diácono podem ser exercidos por leigos, ainda mesmo que para tal não tenham recebido a respectiva instituição». No entanto, as funções que se exercem no presbitério são reservadas aos homens. Explica-se, todavia, que as conferências episcopais podem confiar às mulheres a leitura da palavra de Deus e as intenções da oração universal, mesmo no interior do presbitério (n. 70). Esclarecemos que a Instrução *Inaestimabile donum* de 3 de Abril de 1980 se limita a recusar às mulheres o serviço directo do altar (n. 18). Podemos admirar-nos de tal interdição, porque as mulheres são autorizadas a distribuir a comunhão.



Assim se apresenta a legislação actual da Igreja relativamente aos ministérios litúrgicos não ordenados. Pode parecer um tanto confusa. O uso pedirá, por certo, algumas implicações. Podemos felicitar-nos pelo caminho percorrido desde o tempo em que os leigos não podiam usar a palavra na assembleia fora do canto, e em que se consultava gravemente a Santa Sé para saber se eles tinham o direito de dialogar com o celebrante, correndo o risco de assim usurparem a função do ajudante da Missa ⁽⁵⁾.

PIERRE JOUNEL

(5) Decreto da Congregação dos Ritos de 4 de Agosto de 1922. À pergunta: É permitido à assembleia dos fiéis, assistindo ao Sacrifício da Missa, responder ao celebrante conjuntamente, *em lugar do ajudante*? A Congregação respondeu: Pertence ao Ordinário decidir de acordo com a *mens*. Ora esta é a *mens*: O que é permitido nem sempre é oportuno por causa dos inconvenientes que daí provêm... Também convém observar o uso comum (Decreta authentica SCR, Appendice II, n. 4375).

A DISTRIBUIÇÃO DOS SALMOS NA LITURGIA DAS HORAS

Um dos últimos números do *Boletim de Pastoral Litúrgica* foi inteiramente dedicado à Liturgia das Horas ⁽¹⁾. Entre os trabalhos aí publicados figura um sobre «A oração dos Salmos» ⁽²⁾.

Dado que alguns dos nossos leitores poderiam achar inoportuno voltar ao assunto volvidos tão poucos meses, devemos esclarecê-los que não iremos tratar dos salmos como oração, mas apenas analisar a maneira como eles foram distribuídos pelas quatro semanas do *Ordinário da Liturgia das Horas* ⁽³⁾.

Sem pretensões de qualquer espécie, esperamos, apesar disso, que a nossa contribuição tenha alguma utilidade prática para quem reza o *Ofício Divino* ou tenha de orientar a oração comunitária de outros.

É pois muito simples a nossa intenção: exemplificar os critérios de distribuição dos salmos expostos nos números 126 a 135 da *Instrução Geral da Liturgia das Horas* (IGLH). Só nos referiremos aos salmos propriamente ditos, omitindo, portanto, os outros cânticos do Antigo e do Novo Testamento que aparecem em Laudes e Vésperas ⁽⁴⁾. Em quadros sucessivos indicaremos os salmos de cada Hora nos diversos dias e semanas e daí partiremos para algumas pequenas anotações que nos parecerem oportunas. Começaremos, por razões óbvias indicadas pela própria IGLH, pelos salmos dos domingos.

Os salmos dos quatro domingos

A escolha dos salmos para os vários ofícios começou pelos domingos, dos quais fazem parte já os sábados à tarde. Deste modo se reser-

⁽¹⁾ LITURGIA DAS HORAS, ORAÇÃO DA IGREJA, *Boletim de Pastoral Litúrgica* 21-24.

⁽²⁾ *Geraldo Coelho Dias, O.S.B., A Oração dos Salmos*, em B.P.L. 21-24, p. 61-79.

⁽³⁾ O saltério litúrgico apenas reteve 147 dos 150 salmos. Os três salmos 57, 82 e 108, em que predomina o carácter imprecatório, foram suprimidos do ciclo do saltério (cf. IGLH 131).

⁽⁴⁾ A ordem em Laudes é salmo-cântico do AT-salmo. A de Vésperas é salmo-salmo-cântico do NT. O nosso trabalho só se ocupa dos salmos.

varam para o dia do Senhor aqueles salmos cujas características são mais nitidamente pascais, como expressamente o pede a referida IGLH: «Para o domingo, inclusive no Ofício da leitura e na Hora intermédia, foram escolhidos aqueles salmos que, segundo a tradição, melhor trazem o mistério pascal» (IGLH 129).

Este critério de escolha representa uma inovação de vulto no *Ofício Romano*. Por força dele passam a rezar-se nos domingos, além de alguns salmos de características pascais que já se encontravam no *Breviário Romano* aos domingos, outros que aí não figuravam, v.g. os salmos 15, 22, 23, 65, 75, 103, 115, 121, 129, 140, 141, 144, 149 e 150.

Vejamos, pois, o quadro completo da distribuição dos salmos pelas diversas Horas dos quatro domingos.

	Domingo I	Domingo II	Domingo III	Domingo IV
I Vésperas	140 141	118 15	112 115	121 129
Ofic. Leitura	1 2 3	103 (I) 103 (II) 103 (III)	144 (I) 144 (II) 144 (III)	23 65 (I) 65 (II)
Laudes	62 149	117 150	92 148	117 150
Hora Intermédia	117 (I) 117 (II) 117 (III)	22 75 (I) 75 (II)	117 (I) 117 (II) 117 (III)	22 75 (I) 75 (II)
II Vésperas	109 113 A	109 113 B	109 110	109 111

Façamos agora a leitura litúrgica desta distribuição, partindo sempre do princípio que a ordem dos salmos em cada Hora é de si mesma uma indicação a ter em conta.

O ciclo dominical inicia-se com as I Vésperas do 1.º domingo, onde aparece, em primeiro lugar, o salmo 140, considerado por toda a tradição como o salmo vespertino por excelência, verdadeiro cântico da tarde da liturgia primitiva: «Suba até Vós a minha oração como oblação da tarde» (v.2). Segue-se o salmo 141, que na palavra de S. Hilário «descreve o que se realizou no Senhor durante a sua paixão», cujo último versículo é um apelo à ressurreição: «Tirai-me desta prisão, e darei graças ao vosso nome» (v.8), precedido de uma palavra de grande confiança em Deus: «Senhor, sois o meu abrigo, a minha herança na terra dos vivos» (v.6).

As Laudes do 1.º domingo começam com o salmo 62, o mais matutino de quantos o saltério contém: «Senhor, sois o meu Deus: desde a aurora Vos procuro. A minha alma tem sede de Vós» (v.2)... «quando no leito Vos recordo, passo a noite a pensar em Vós» (v.7).

Assim, o novo Ofício dá um lugar de honra ao venerável cântico da tarde que abre o ciclo da salmodia e ao não menos tradicional cântico da manhã, que inicia a oração de Laudes do 1.º domingo.

Outros dois salmos considerados fundamentais aparecem todos os domingos. São eles o 109, com o qual começam as II Vésperas dos quatro domingos, cujos primeiros versículos são interpretados como profecia da ressurreição e da intronização celeste de Jesus Cristo: «Senta-te à minha direita» (v.1)... «O Senhor estenderá de Sião o cetro do teu poder» (v.2) e como afirmação do seu sacerdócio eterno: «Tu és sacerdote para sempre» (v.4), e o salmo 117, que aparece também todos os domingos, mas alternadamente em Laudes (2.º e 4.º domingos) e na Hora intermédia (1.º e 3.º domingos), e no qual se sucedem os versículos importantes: «O Senhor é a minha fortaleza e a minha glória, foi Ele o meu Salvador» (v.14), «a mão do Senhor fez prodígios» (v.16), «não morrerei, mas hei-de viver» (v.17), «A pedra que os construtores rejeitaram tornou-se pedra angular» (v.22), «Este é o dia que o Senhor fez: exultemos e cantemos de alegria» (v.24), todos eles de forte ressonância pascal.

Os salmos 22 e 75 encontram-se duas vezes, sempre na Hora intermédia. O salmo 22 é um salmo da iniciação cristã, óptimo para recordar o baptismo e a eucaristia tão intimamente ligados ao domingo: «O Senhor conduz-me às águas refrescantes» (v.2), «para mim prepara a mesa à vista dos meus adversários» (v.5); o último versículo aponta para o repouso do fiel que se alimentou à mesa de Cristo: «habitarei na casa do Senhor para todo o sempre» (v.6). O salmo 75 segue-se, nos dois domingos, ao salmo 22 e a sua utilização na Hora intermédia é um convite a interpretá-lo como profecia dos acontecimentos que acompanharam a morte e a ressurreição de Cristo: «Deus fez-Se conhecer em Judá» (v.2), «os valentes foram espoliados e caíram de sono, os guerreiros não puderam valer-se da força dos seus braços» (v.6); de facto, foi do túmulo guardado por valentes e por guerreiros bem armados que Jesus ressuscitou glorioso na madrugada do primeiro domingo para, em seguida, aparecer a várias testemunhas.

O segundo salmo de Laudes é tradicionalmente um salmo de louvor, que começa o mais das vezes pelas palavras «Louvai», «Cantai», «Batei palmas». Por isso encontramos alternadamente, nos quatro domingos, os salmos 148, 149, 150 (este último duas vezes), por serem os mais típicos entre os salmos de louvor e dos quais a Hora tirou o seu nome de *Laudes*.

Os restantes salmos variam em cada domingo. No 1.º domingo, no Ofício da leitura, aparecem os três primeiros do saltério (1,2,3), o que tanto pode ser interpretado como sinal da antiga *lectio continua* do saltério seguida pelos monges, como também, e até mais seguramente, se tivermos em vista os critérios de escolha e distribuição acima recordados, como opção da Igreja pelo seu sentido pascal, ao ver na «árvore plantada à beira das águas» (Sl.1,3) um símbolo da Cruz, nos projectos e revoltas dos reis da terra contra o Ungido do Senhor (Sl. 2,2s) uma profecia da paixão e da ressurreição, e no versículo

«Deito-me e adormeço, e me levanto» (Sl. 3,6), um anúncio da morte, da sepultura e da ressurreição de Cristo. No 2.º domingo canta-se o salmo 103, dividido em três secções, hino ao Deus criador que tudo renova pelo seu Espírito: «Se mandais o vosso espírito, recobram a vida, e renovais a face da terra» (v.30). No 3.º domingo, o salmo 144 canta o louvor da grandeza de Deus e no 4.º domingo aparecem os salmos 23, do qual S. Ireneu diz: «Na sua Ascensão temporal abriram-se para Cristo as portas do céu» e o salmo 65 que «fala da ressurreição do Senhor» (Hesíquio).

O salmo 92, das Laudes do 3.º domingo, é um hino ao Rei da criação e um cântico dirigido a Cristo, o Senhor que é Rei e cujo trono é firme desde sempre (cf. v.1-2).

Falaremos por fim dos outros salmos das I e II Vésperas. Começamos por estes. São eles os salmos 110 (3.º domingo), 111 (5.º domingo), 113 A (1.º domingo) e 113 B (2.º domingo) e cantam sucessivamente as obras do Senhor, a felicidade do justo, as maravilhas do êxodo e o louvor ao Deus verdadeiro. Neles encontramos repetidas alusões a acontecimentos pascais: «O Senhor instituiu um memorial das suas maravilhas» (110,4), «enviou a redenção ao seu povo e firmou com ele uma aliança eterna» (110,9), «Feliz o homem que teme o Senhor e ama ardentemente os seus preceitos» (111,1), «Quando Israel saiu do Egipto... Judá tornou-se o santuário do Senhor» (113 A,1), versículo que S. Agostinho comenta: «Sabei que também vós, que renunciastes a este mundo, saístes do Egipto» e «O nosso Deus está no céu... lembra-Se de nós e nos abençoa» (113 B,3.12).

Enfim, nas I Vésperas temos o salmo 15, profecia da ressurreição de Cristo («Vós não abandonareis a minha alma na mansão dos mortos» (v.10), o salmo 129 (4.º domingo), com referências genéricas ao mistério da salvação («No Senhor está a misericórdia e com Ele abundante redenção» (v.7), o salmo 121 (4.º domingo) que é uma preparação da assembleia dominical do dia seguinte («Que alegria quando me disseram: vamos para a casa do Senhor» (v.1), o salmo 115 (3.º domingo), orientado para a eucaristia («Elevarei o cálice da salvação» (v.4) e «oferecer-Vos-ei um sacrifício de louvor» (v.8), e por último o salmo 118 (v.105-112), no 2.º domingo, escolhido pelas palavras com que começa e que evocam a hora da tarde: «A vossa palavra é farol para os meus passos e luz para os meus caminhos» (v.105), luz que simboliza Jesus Cristo que disse: «Quem Me segue terá a luz da Vida» (Jo 8,12).

Os salmos das sextas-feiras

A seguir ao domingo, o dia mais cuidado no que respeita à escolha dos salmos foi a sexta-feira, por ser aquele em que Jesus Cristo travou o combate decisivo e vitorioso, que da morte O fez passar à Vida sem fim. Segundo a *Instrução* «para a sexta-feira, escolheram-se os salmos penitenciais ou relacionados com a Paixão» (IGLH 129).

Vejamos o quadro dos ofícios deste dia e os salmos que lhes correspondem.

	Sexta-feira I	Sexta-feira II	Sexta-feira III	Sexta-feira IV
Ofic. Leitura	34 (I) 34 (II) 34 (III)	37 (I) 37 (II) 37 (III)	68 (I) 68 (II) 68 (III)	54 (I) 54 (II) 54 (III)
Laudes	50 99	50 147	50 99	50 147
Hora Interimédia	118 (IV) 25 27	118 (X) 58 59	21 (I) 21 (II) 21 (III)	118 (XXI) 132 139
Vésperas	40 45	114 120	134 (I) 134 (II)	144 (I) 144 (II)

No Ofício da leitura das quatro semanas foram colocados os salmos 34, 37, 68 e 54, que evocam, em vários versículos, a paixão do Senhor; e os sentimentos de penitência do salmista e de nós próprios.

Em Laudes de cada uma das sextas-feiras, o primeiro salmo é sempre o 50, porque o seu carácter penitencial o torna próprio para o dia em que o Senhor se entregou para nos resgatar dos nossos pecados. Os outros dois salmos desta Hora, em semanas alternadas, são o 99 (1.^a e 3.^a semanas) e o 147 (2.^a e 4.^a semanas), por juntarem às características laudativas do último salmo de Laudes («Aclamai o Senhor terra inteira» (Sl. 99,1) e «Glorifica o Senhor, Jerusalém, louva, Sião, o teu Deus» (Sl. 147,1), a ideia de que são os redimidos pela morte de Jesus que cantam esse hino de vitória (Sl. 99) e constituem a nova Jerusalém, cidade de paz, cujos filhos Deus abençoa e sacia da flor da farinha (Sl. 147,13-14).

O salmo 21 é o salmo clássico da paixão. Encontramo-lo por isso na Hora intermédia da 3.^a semana, por ser a hora que melhor corresponde àquela em que o Senhor morreu na Cruz, exclamando: «Meu Deus, meu Deus, porque me abandonastes?» (v.2). Mas em cada um dos outros salmos desta Hora é fácil encontrar versículos que nos fazem comungar nos sofrimentos de Cristo inocente: «A minha alma está prostrada no pó da terra» (118,25). «Fazei-me justiça, ó Deus, porque tenho vivido na inocência» (25,1), «Meu Deus, não fiqueis surdo à minha voz» (27,1), «Senhor, eu sei que a vossa fidelidade me põe à prova» (118,75), «Eles armam ciladas à minha vida» (58,4), «Prestai-nos auxílio contra o inimigo» (59,13), «Os poderosos perseguem-me sem motivo, mas a vossa palavra enche-me de alegria» (118,161-162), «Guardai-me, Senhor, das mãos do ímpio, que arma ciladas no meu caminho» (139,5).

Os salmos de Vésperas guardam estritamente a ordem ascendente, do 40 ao 144, ao longo das quatro semanas. Os temas da Paixão e da protecção divina da Cruz de Jesus, aparecem nos salmos das duas pri-

meiras semanas, completando-se mutuamente: «Os meus inimigos dizem mal de mim: quando morrerá e se extinguirá o seu nome?... Até o amigo íntimo em quem eu confiava, que partilhava do meu pão, até esse se levantou contra mim» (40,6.10), «Deus é o nosso refúgio e a nossa força, auxílio sempre pronto na adversidade» (45,2); «Apertaram-me os laços da morte, caíram sobre mim as angústias do além, vi-me na aflição e na dor... O Senhor livrou da morte a minha alma» (114,3.8), «O meu auxílio vem do Senhor, que fez o céu e a terra... O Senhor: é quem te guarda, o Senhor está a teu lado» (120,2.5). O tema da penitência, por não ser tão próprio desta Hora, só aparece uma vez: «Senhor, tende piedade de mim, curai-me, pois pequei contra Vós» (40,5). Nas duas últimas semanas, o tema da Paixão cede o lugar ao do louvor e acção de graças, vistos à luz da obra da redenção e das obras admiráveis d'Aquele que nos chamou da morte à Vida: «Louvai o nome do Senhor... cantai ao Seu nome, porque é suave... Eu sei que o Senhor é grande, o nosso Deus é maior que todos os deuses... Bendito seja o Senhor em Sião» (134,1.3.5.21), «Quero exaltar-Vos, meu Deus e meu Rei... bendizer-Vos, dia após dia... O Senhor está perto de quantos O invocam, de quantos O invocam em verdade... O Senhor vela por aqueles que O amam... cante a minha boca os louvores do Senhor» (144,1.2.18.20.21).

Os salmos dos sábados

O ofício de sábado é já uma certa preparação do domingo, que começa na tarde desse dia. O quadro a seguir indica apenas os salmos do tempo comum. Mais adiante nos referiremos aos dos tempos especiais.

	Sábado I	Sábado II	Sábado III	Sábado IV
Ofic. da Leitura	130 131 (I) 131 (II)	135 (I) 135 (II) 135 (III)	106 (I) 106 (II) 106 (III)	49 (I) 49 (II) 49 (III)
Laudes	118 (XIX) 116	91 8	118 (XIX) 116	91 8
Hora Intermédia	118 (V) 33 (I) 33 (II)	118 (XI) 60 63	118 (XVI) 33 (I) 33 (II)	118 (XXII) 44 (I) 44 (II)

Os salmos do Ofício da leitura cantam as promessas do Senhor a David (131), anunciam as maravilhas de Deus num grande hino pascal (135), dão graças ao Senhor pela sua misericórdia em favor do povo ao longo da história (106) e declaram qual é o verdadeiro culto que Deus quer que Lhe prestemos (49). Não é difícil descobrir em todos estes salmos um acentuado sabor pascal.

Os salmos de Laudes repetem-se cada dois sábados. O seu carac-

ter é muito laudativo e simultaneamente matinal: «Imploro o vosso auxílio antes da aurora» (118,147) e «Louvai ao Senhor, todas as nações» (116,1), «É bom louvar o Senhor, proclamar pela manhã a vossa fidelidade» (91,2-3), «Senhor nosso Deus, como é admirável o vosso nome em toda a terra» (8,2).

Características idênticas se verificam nos salmos da Hora intermédia.

Os salmos das várias horas dos outros dias da semana

Falta-nos analisar a distribuição dos salmos feita de segunda a quinta-feira, nas quatro semanas. Dadas as características dos critérios aí adoptados e o grande número de salmos, agrupá-los-emos não por dias, mas por Horas, e substituiremos os pequenos comentários feitos até aqui, os quais tornariam este trabalho demasiado longo, por observações que chamem a atenção dos leitores para aspectos que julgamos interessantes e que, de outro modo, passariam despercebidos.

Laudes matutinas

Começamos por lembrar o que a propósito das Laudes diz a *Instrução*: «Para o ofício de Laudes, foram escolhidos salmos a condizer com a respectiva Hora... e como Laudes se destina mais particularmente à celebração com o povo, foram escolhidos salmos que se prestam melhor a este modo de celebração» (IGLH 126-127).

Os salmos de Laudes possuem, pois, em princípio, três características principais: a simplicidade, o carácter matutino e a característica do louvor.

Vejamos o quadro da escolha e distribuição.

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
Primeira semana	5 28	23 32	35 46	56 47
Segunda semana	41 18 A	42 64	76 96	79 80
Terceira semana	83 95	84 66	85 97	86 98
Quarta semana	89 134	100 143	107 145	142 146

É fácil verificar, com a ajuda do quadro, que os salmos, apesar da sua distribuição dentro de cada Hora obedecer ao conhecido cri-

tério de o primeiro ser tanto quanto possível de carácter matinal e o último de características laudativas, se sucedem em sistema de numeração ascendente poucas vezes alterado. Assim temos que, na primeira semana, o primeiro salmo de segunda-feira é o 5, o primeiro de terça-feira o 23, o de quarta-feira o 35 e o de quinta-feira o 56. O mesmo se passa com o último, cuja sequência é 28, 32, 46 e 47. Queira o leitor fazer por si mesmo a leitura das outras três semanas, e descobrirá que a regra sofre alteração apenas em dois casos: no segundo salmo de quarta-feira da segunda semana (Sl. 96) e também no segundo salmo de terça-feira da terceira semana (Sl. 66). Dá a impressão que houve aqui um descuido e que bastaria colocar o salmo 66 no lugar do salmo 96 e vice-versa, para tudo ficar arranjado. A operação é, porém, demasiado clara para ter escapado aos peritos. Houve, portanto, outras razões para a alteração, tanto mais que o salmo 96 tem 12 versículos, que, somados aos 21 do salmo 76, perfazem 43 versículos, ao passo que a extensão dos salmos 66 e 84, da terça-feira da terceira semana, se fica por 21 versículos no conjunto. Com a tal mudança o equilíbrio de versículos nos dois dias até seria melhor. Que razões houve, pois, para a regra da distribuição ser alterada? Apenas esta: o salmo 66 é utilizado em Vésperas de quarta-feira da segunda semana, pelo que não podia rezar-se duas vezes no mesmo dia. Mas nesse caso surge outra pergunta: porquê não o utilizar antes em Laudes de quarta-feira em vez de o fazer em Vésperas desse mesmo dia? Porque a liturgia prefere privilegiar o seu carácter de louvor e de acção de graças pelo dom da fé e pelos frutos da terra, e particularmente por Jesus, o fruto da Virgem Maria que amadureceu sobre a Cruz, não obstante o facto de S. Bento o ter escolhido como oração quotidiana da manhã, certamente por causa do versículo que diz: «Deus faça resplandecer sobre nós a luz do seu rosto» (v.2).

Há outra ordem de distribuição que vale a pena analisar. É a da sequência dos salmos dentro da própria Hora, em cada dia. Por exemplo, na segunda-feira da primeira semana aparece primeiro o salmo 5 seguido do 28, na terça-feira o salmo 23 seguido do 32, na quarta-feira o salmo 35 seguido do 46. Se o leitor fizer por si mesmo esta leitura, descobrirá que a regra não é observada na quinta-feira da primeira semana (56-47), na segunda-feira da segunda semana (41-18A) e na terça-feira da terceira semana (84-66). Porquê? Porque aqueles primeiros salmos são todos de índole mais matinal e os segundos têm características de louvor mais acentuado.

A ordem ascendente da distribuição verifica-se ainda na sequência dos salmos de determinado dia, de semana para semana. Assim, o primeiro salmo de Laudes de terça-feira da primeira semana é o 23, o primeiro de terça-feira da segunda semana é o 42, o de terça-feira da terceira semana é o 84 e o de terça-feira da quarta semana é o 100. Quanto aos segundos a sequência é 32, 64, 66, 143. Queira o leitor verificar os restantes dias e descobrirá que a regra só é alterada nos segundos salmos de segunda-feira da primeira e da segunda semanas, onde a sequência é 28-18A. Que razão terá havido para isso? Certamente o tom mais geral do salmo 28 (toda a natureza é convidada ao

louvor) torna-o mais próprio para começar a ordem das semanas, por acentuar melhor a força da voz de Deus na criação.

Apesar de cada quinta-feira de uma semana ser separada da segunda-feira da semana seguinte pela sexta-feira, o sábado e o domingo, cujos salmos obedecem a critérios especiais de distribuição, como ficou explicado acima, verifica-se que também aqui foi observada a mesma regra de distribuição ascendente. Assim, o primeiro salmo de quinta-feira da segunda semana é o 79 e o primeiro de segunda-feira da terceira semana é o 83; o primeiro de quinta-feira da terceira semana é o 86 e o primeiro de segunda-feira da quarta-semana é o 89. Verifique o leitor os segundos salmos e verá que a regra é constante. Apenas uma excepção na passagem da quinta-feira da primeira semana para a segunda-feira da segunda semana, onde a ordem é 56-41 e 47-18A. Se nos dermos ao trabalho de abrir a *Liturgia das Horas*, descobrimos logo a razão disso: o salmo 56 vem antes do salmo 41, porque é mais próprio para começar a oração de um dia adiantado da semana (a quinta-feira) e porque, colocando-o neste dia, fica afastado em uma semana da sua nova aparição na Hora intermédia de quinta-feira da semana seguinte. Quanto ao salmo 41 é melhor para começar outra semana (segunda-feira da segunda semana), ao afirmar a sede de Deus do fiel que reza, tema que volta a aparecer na segunda-feira da terceira semana com o salmo 83.

Vésperas

As Vésperas são a oração da tarde, à hora em que o dia declina. Com elas *agradecemos* tudo quanto nesse dia nos foi dado e o bem que fizemos, *recordamos* a obra da Redenção que Jesus realizou na última Ceia, à tardinha, e o seu sacrifício na Cruz, no dia seguinte, e *pedimos* ao Senhor, no momento em que a luz do sol desaparece, que nos ilumine com a luz eterna.

A escolha dos seus salmos teve em conta, como diz a *Instrução* nos números 126-127, a simplicidade, para se prestarem à oração com o povo, a acção de graças, o memorial da obra redentora e a súplica.

O quadro da sua distribuição apresenta-se assim:

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
Primeira semana	10 14	19 20	26 (I) 26 (II)	29 31
Segunda semana	44 (I) 44 (II)	48 (I) 48 (II)	61 66	71 (I) 71 (II)
Terceira semana	122 123	124 130	125 126	131 (I) 131 (II)
Quarta semana	135 (I) 135 (II)	136 137	138 (I) 138 (II)	143 (I) 143 (II)

Ao longo dos vários dias das quatro semanas só se verifica uma alteração na ordem ascendente dos salmos: na terça-feira da terceira semana, ao salmo 124 não se segue o 125, mas o 130, para permitir que os salmos 125 e 126 se sigam um ao outro na quarta-feira da terceira semana.

A alteração teve duas consequências positivas: permitiu juntar os salmos 124 e 130, que formam um conjunto homogêneo (ao tema do pastor que guarda o seu rebanho segue-se o do abandono filial do crente nas mãos de Deus) e os salmos 125 e 126, que constituem outro conjunto bem definido (a alegria e a esperança em Deus seguidas do tema da providência divina).

Ofício da leitura

O Ofício da leitura nunca é chamado «Hora», porque não tem hora própria para ser rezado. Dadas as suas características especiais de tempo de meditação muitas vezes individual, para ele foram remediados os salmos que menos se prestam à celebração com povo, dadas as suas características históricas, com frequentes alusões a acontecimentos do Antigo Testamento, ou que pela sua extensão dificilmente caberiam dentro de uma só Hora do ofício (cf. IGLH 132).

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
Primeira semana	6 9A (I) 9A (II)	9B (I) 9B (II) 11	17 (I) 17 (II) 17 (III)	17 (IV) 17 (V) 17 (VI)
Segunda semana	30 (I) 30 (II) 30 (III)	36 (I) 36 (II) 36 (III)	38 (I) 38 (II) 51	43 (I) 43 (II) 43 (III)
Terceira semana	49 (I) 49 (II) 49 (III)	67 (I) 67 (II) 67 (III)	88 (I) 88 (II) 88 (III)	88 (IV) 88 (V) 89
Quarta semana	72 (I) 72 (II) 72 (III)	101 (I) 101 (II) 101 (III)	102 (I) 102 (II) 103 (III)	43 (I) 43 (II) 43 (III)

Os salmos deste Ofício foram escolhidos segundo uma simples sucessão numérica, à qual se foge apenas por razões de extensão. Assim, o salmo 51 da quarta-feira da segunda semana vem fora de ordem por ser pequeno e assim completar melhor a série do salmo 38, já que o salmo 43 seria demasiado longo.

O salmo 72 vem na segunda-feira da quarta-semana, porque se viesse na ordem que lhe corresponde, isto é, na quarta-feira da terceira semana, obrigaria toda a série dos que o seguiriam (88 e 89) a avançar

um dia, e desse modo teríamos o salmo 89 repetido no Ofício da leitura e em Laudes da segunda-feira da quarta semana.

O salmo 43, que é um resumo das calamidades do povo da antiga Aliança aparece repetido nas quintas-feiras da segunda e da quarta semanas.

Hora intermédia

Apesar da menor importância desta Hora em relação a Laudes, Vésperas e Ofício da leitura, é a ela, ou melhor dizendo, a Tércia, Sexta e Noa que anda ligada a memória de certos acontecimentos da Paixão do Senhor e da primeira pregação do Evangelho (cf. IGLH 75). Não admira, por isso, que os segundo e terceiro salmos escolhidos para esta Hora, em cada dia, se refiram quase sempre a aspectos do sofrimento dos salmistas, que a Igreja interpreta como profecias da Paixão de Jesus.

Diz ainda a *Instrução*, referindo-se expressamente a esta Hora: «Os salmos demasiado extensos, para poderem caber dentro de uma só Hora do Ofício, são distribuídos por vários dias, a essa mesma Hora, de modo a poderem ser recitados integralmente por aqueles que não costumam dizer outras Horas. É o que se dá com o salmo 118, que é distribuído por vinte e dois dias, tantas quantas as suas divisões, na Hora intermédia, pois a tradição atribuiu sempre este salmo às horas diurnas» (IGLH 132).

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
Primeira semana	18B 7 (I) 7 (II)	118 (I) 12 13	118 (II) 16 (I) 16 (II)	118 (III) 24 (I) 24 (II)
Segunda semana	118 (VI) 39 (I) 39 (II)	118 (VII) 52 53	118 (VIII) 54 (I) 54 (II)	118 (IX) 55 56
Terceira semana	118 (XII) 70 (I) 70 (II)	118 (XIII) 73 (I) 73 (II)	118 (XIV) 69 74	118 (XV) 78 79
Quarta semana	118 (XVII) 81 119	118 (XVIII) 87 (I) 87 (II)	118 (XIX) 93 (I) 93 (II)	118 (XX) 127 128

O primeiro salmo desta Hora, em cada um dos dias, é o 118, excepto na segunda-feira da primeira semana, onde aparece o salmo 18B, cujo tema é semelhante ao do salmo 118.

O salmo 69, que deveria aparecer na segunda-feira da terceira semana, foi passado para a quarta-feira seguinte, para ficar o mais possível afastado do salmo 39 (II), de tema semelhante, e que vem na segunda-feira da segunda semana.

Ao salmo 81, que aparece na segunda-feira da quarta semana, segue-se o salmo 119, mais pequeno do que os salmos 87 e 93, os quais, divididos em duas secções, preenchem melhor os dois dias seguintes.

Completas

O esquema de Completas é diferente de todas as outras Horas, quer pelo número mais reduzido de salmos em cada dia, quer pela sua repetição todas as semanas.

A *Instrução* distingue a distribuição dos salmos dos domingos da dos outros dias: «A salmodia, nos domingos, depois das I Vésperas (Completas de sábado à noite), consta dos salmos 4 e 133; depois das II Vésperas (domingo à noite), do salmo 90. Para os outros dias, foram escolhidos salmos apropriados, que excitam sobretudo a confiança no Senhor» (IGLH 88).

O quadro dos salmos de Completas inclui, portanto, todos os dias da semana desde o domingo à sexta-feira, uma vez que o sábado à noite já pertence ao domingo.

Domingo		Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
I	II	85	142	30	15	87
4 133	90			129		

Os salmos mais importantes desta Hora são os indicados para o domingo. Os salmos 4 e 90 são muito semelhantes pelas suas expressões de confiança, pelo que aparecem repartidos pelos dois esquemas dominicais. O salmo 4 termina pelo célebre versículo: «Em paz me deito e adormeço tranquilo porque Vós, Senhor, me fazeis repousar em segurança» (v.9), tema que o salmo 90 desenvolve do primeiro ao último versículo: «Tu que habitas sob a protecção do Altíssimo... diz ao Senhor: «Sois o meu refúgio e a minha cidadela» (v.1), «não temerás o pavor da noite» (v.5), «porque o Senhor é o teu refúgio, o Altíssimo a tua fortaleza» (v.9), «nenhum mal te acontecerá nem a desgraça se aproximará da tua tenda» (v.10). Quanto ao salmo 133, do primeiro esquema do domingo, é um pedido de bênção a Deus antes de adormecer: «De Sião te abençoe o Senhor que fez o céu e a terra» (v.3).

Para comodidade daqueles que desejam rezar Completas de cor, é permitido substituir os salmos dos outros dias pelos do domingo (cf. IGLH 88).

Em nenhuma outra Hora a sequência dos salmos se apresenta tão «desordenada», facto relacionado com a necessidade litúrgica de separar, pelo menos de dois dias, a recitação de um mesmo salmo nas diversas Horas do Ofício. Assim, o salmo 15 reza-se em Completas de quinta-feira e nas I Vésperas do segundo domingo; o salmo 30 aparece

em Completas de quarta-feira e no Ofício da leitura da segunda-feira da segunda semana; o salmo 85 é utilizado em Completas de segunda-feira e em Laudes de quarta-feira da terceira semana; o salmo 87 surge em Completas de sexta-feira e na Hora intermédia de terça-feira da quarta semana; o salmo 129 utilizam-no as Completas de quarta-feira e as I Vésperas do quarto domingo; o salmo 142 é o de Completas de terça-feira e de Laudes de quinta-feira da quarta semana.

Salmos repetidos em horas diferentes

«Os salmos, lembra a *Instrução*, estão distribuídos por um ciclo de quatro semanas. Omitem-se alguns salmos, muito poucos. Outros, que a tradição tornou mais conhecidos, repetem-se com mais frequência» (IGLH 126).

Assim acontece, efectivamente, *quatro vezes* com os salmos 50 (Laudes das 4 sextas-feiras), 109 (II Vésperas dos 4 domingos) e 117 (Laudes de 2 domingos e Hora intermédia de outros 2); *três vezes* com o salmo 118, 145-152 (Laudes dos 1.º e 3.º sábados e Hora intermédia da 4.ª feira da 4.ª semana); *duas vezes* com os salmos 8, 15, 22, 23, 30, 33, 43, 44, 49, 54, 56, 66, 75, 79, 85, 87, 89, 91, 99, 116, 118 (105-112), 129, 130, 131, 134, 135, 142, 143, 144, 147 e 150.

Os salmos dos tempos especiais

«Os salmos 77, 104 e 105, em que mais claramente nos é revelada a história da salvação através do Antigo Testamento, como prenúncio do que viria a acontecer no Novo, reservam-se para o tempo do Advento, do Natal, da Quaresma e da Páscoa» (IGLH 130).

	Sábado I	Sábado II	Sexta-feira IV	Sábado IV
Ofício da Leitura	104 (I) 104 (II) 104 (III)	105 (I) 105 (II) 105 (III)	77 (I) 77 (II) 77 (III)	77 (IV) 77 (V) 77 (VI)

Foi o sábado o dia escolhido para esses salmos históricos. A razão está na proximidade do domingo, o dia por excelência da recordação do grande, do maior acontecimento da história da salvação, a ressurreição de Jesus, da qual essas outras intervenções de Deus no Antigo Testamento são a profecia. Pode causar estranheza o facto de no quadro não aparecer o 3.º sábado, e em vez dele figurar aí a 4.ª sexta-feira. A incongruência é só aparente, uma vez que para o 3.º sábado dos tempos especiais e do tempo comum foi reservado outro salmo, o 106, também ele histórico. Dessa forma se tornou possível rezar o salmo 77, dividido em seis secções, em dois dias seguidos, a sexta-feira e o sábado da

quarta semana, e se evitou o inconveniente de o retomar só oito dias depois de o ter começado.

Outro pormenor para o qual chamamos a atenção é a sequência dos salmos: 104 no 1.º sábado, 105, no segundo, 77 na última semana. De novo poderíamos pensar que seria mais normal inverter-lhes a ordem, começando pelo salmo 77 e acabando no 105. Houve de facto uma razão importante para fazer a distribuição desse modo e que se prende com o desenrolar da própria história do povo de Israel que os salmos, colocados nessa ordem, nos recordam. Assim, o salmo 104 lembra as maravilhas operadas por Deus, desde o pacto que estabeleceu com Abraão e seus filhos (v.9 s), passando pela história de José, vendido como escravo (v.17) e pela entrada de Israel no Egipto (v.23), até aos prodígios efectuados por Moisés e Aarão diante do faraó, que obstinadamente se recusava a deixar que o povo escolhido por Deus fosse ocupar a terra prometida (v.25-45). No 2.º sábado, o salmo 105 retoma a história dos acontecimentos a partir da passagem do Mar Vermelho (v.9) e demora-se na descrição da travessia do deserto e das sucessivas desobediências do povo à Palavra e à Aliança, as quais culminaram na fabricação e adoração do bezerro de ouro (v.16 s). Por fim, na última semana, o salmo 77 faz a releitura dos acontecimentos passados (4.ª sexta-feira) e continua a descrever a história de Israel desde que o Senhor introduziu o seu povo na terra santa até às diversas calamidades com que foi punindo essa nação ingrata e esses homens de coração duro, mas que, apesar de tudo, nunca rejeitou (4.º sábado).

A distribuição dos salmos na *Liturgia das Horas* é diferente de quantas tinham sido realizadas ao longo da história do Offício divino, e que nós conhecemos a partir do século V. Delas se aproveitaram os critérios mais válidos, completados com outros nascidos das orientações doutrinárias da última reforma litúrgica (relevo dado ao domingo e à sexta-feira e a Laudes e Vésperas de cada dia), justificando-se ao mesmo tempo a tendência da espiritualidade moderna, que prefere o pequeno número de salmos e fórmulas a recitar à grande quantidade, e a variedade à monotonia. A nova distribuição pretende favorecer a oração serena e meditativa dos salmos e a progressiva assimilação do seu conteúdo, de modo a fazer deles, cada vez mais, verdadeira prece cristã.

JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO

CORREIO DOS LEITORES

Foram vários os assinantes que nos escreveram a manifestar o seu contentamento pela recepção dos n.ºs 21-24 e 25 e 26 do Boletim e ainda pelo VIII Encontro.

Quase todos nos felicitaram pelo conteúdo do número especial dedicado à Liturgia das Horas, número esse de que se fez uma tiragem maior para corresponder aos pedidos dos interessados.

Da vasta correspondência que nos foi dirigida, transcrevemos parte de seis cartas, cujos autores se encontram em situações eclesiais muito diferentes e por isso representam de certo modo a multiplicidade dos nossos leitores. Agradecemos, muito sensibilizados, a amabilidade com que nos distinguiram e o estímulo que nos deram.

● «Recebi com muito agrado dois volumes do Boletim de Pastoral Litúrgica. Registei com muito agrado este facto, porque o leio sempre com muito interesse e pelo que me tem auxiliado na informação e esclarecimento de questões importantes.»

● «Acabo de receber as vossas últimas publicações. Parabéns. A vida e a vontade de assumir continuam. Gostei muito dos números, do conteúdo e da apresentação. Também estes são sinais de vida nova... Parabéns mais uma vez.»

● «Vem ótimo com rica doutrina litúrgica o n.º 26, mas de uma melodia séria ao menos, nem cheiro...»

● «Estive mais uma vez em Fátima e nessa VIII Semana adquiri os n.ºs 25 e 26 do Boletim de Pastoral Litúrgica. Já os li e reli. Dei a conhecer ao meu Pároco a conveniência para a comunidade em assinar o vosso Boletim. Já sei que o pediu, mas eu sinto também necessidade em assiná-lo, pois gosto de o ter comigo para extrair dele mais facilmente o indispensável conhecimento.»

● «Estou a ouvir a gravação dos cânticos da Semana de Liturgia, estou a viver o que foi esse Encontro. Cada ano dá-se conta que tudo melhora e se torna acolhedor para quem participa, excepto um ou outro que gostaria de um alojamento mais perto, mas é o menos, não acha?»

● «Após o VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, quase todo o nosso grupo se reuniu para, em conjunto, fazermos uma apreciação ao mesmo e vermos como havemos de melhorar a Liturgia nas nossas paróquias através de melhor serviço em equipa, de reflexão, para que o trabalho pastoral nas nossas paróquias seja mais eficaz.

Dos elementos que se reuniram (de várias paróquias de 2 vigarias) foram todos unânimes em afirmar que mais uma vez o Encontro «encheu as medidas», desde:

- o acolhimento que o Secretariado dispensou a todos;
- o serviço do bar, que foi ótimo por dar a possibilidade de as pessoas se cumprimentarem e trocarem impressões durante os intervalos;
- as celebrações que fazem converter;
- a Hora de Laudes na capelinha das Aparições que foi um pedacinho da Liturgia celeste».

Alguns lamentaram que não tivessem sido levadas até ao fim as conferências dos Padres Leão Cordeiro, José Ferreira e Pedro Ferreira. Outros referiram com especial agrado a conferência do P. Pedro Ferreira «por ter sido ilustrada com o canto de algumas antífonas da Liturgia do Tríduo Pascal».

VIII ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITURGICA

Realizou-se no Santuário de Fátima, de 14 a 18 de Setembro, o VIII Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, que teve como temática A CELEBRAÇÃO DO MISTÉRIO PASCAL — I TRÍDUO PASCAL.

Estiveram neste Encontro, que foi promovido mais uma vez pelo Secretariado Nacional de Liturgia (SNL), cerca de mil participantes entre bispos, padres, religiosas e leigos de todas as dioceses de Portugal e ainda de quase todos os países de língua portuguesa.

Presentes também os dois bispos da Comissão Episcopal de Liturgia D. Júlio Tavares Rebimbas e D. António Francisco Marques, e ainda D. Manuel de Almeida Trindade e D. Américo Henriques.

A apresentação, as conferências, os colóquios e o encerramento foram feitos no magnífico anfiteatro do Centro Pastoral Paulo VI, que o Papa João Paulo II inaugurou por ocasião da sua peregrinação a Fátima, em Maio deste ano. As celebrações litúrgicas, que nestes Encontros são sempre cuidadosamente preparadas e intensamente vividas, tiveram lugar na Capelinha das Aparições e sobretudo na Basílica do Santuário.

A utilização do Centro Pastoral, desde o anfiteatro com capacidade para mais de duas mil pessoas e dotado de excelentes condições técnicas, até ao bar e serviços de secretaria, proporcionou um apoio incalculável à eficiência dos trabalhos.

As conferências foram proferidas pelos seguintes padres: Dr. António Maria Bessa Taipa sobre O Mistério da Páscoa, Dr. Luis Ribeiro sobre A Celebração do Mistério Pascal, Dr. José de Leão Cordeiro sobre Quinta-Feira Santa, Sexta-Feira Santa e Sábado Santo, José Ferreira sobre A Vigília Pascal, Dr. Pedro Ferreira, O.C.D. sobre A Liturgia das Horas no Tríduo Pascal, e Manuel José Amorim sobre A Música Litúrgica no Tríduo Pascal.

O SNL preparou um guião das celebrações litúrgicas para a assembleia, tendo colaborado nele os seguintes padres compositores: António Cartageno, António Ferreira dos Santos, Carlos Silva, José

Fernandes da Silva, Manuel Ferreira Faria, Manuel Luis (†) e Manuel Simões, S.J.

Na sessão final, Mons. Aníbal Ramos, director do SNL, fez um breve relato das actividades, projectos e preocupações do SNL, quer quanto à preparação dos textos litúrgicos quer quanto aos encontros diocesanos, europeus e internacionais em que tem colaborado.

Na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, D. Júlio Tavares Rebimbas encerrou os trabalhos, começando por esclarecer que «o ideal cristão não é a transformação das estruturas sociais, económicas e políticas, sem ter em consideração os mistérios da fé»; notando que «a mentalidade secularizada levanta obstáculos concretos à evangelização e aos sacramentos»; indicando que «a pastoral litúrgica é realizada, hoje, pelo povo de Deus com o objectivo de edificar o Corpo de Cristo, mediante as acções eclesiais do culto cristão, tendo em conta a situação real dos homens»; referindo as dificuldades provenientes de conceitos incompletos de liturgia, como o individualismo, o clericalismo, o rubricismo, o triunfalismo, o angelismo e o sacramentalismo; recordando o sentido das normas conciliares da renovação litúrgica e, por fim, agradecendo «a dedicação, o trabalho, o espírito de serviço e de equipa e a competência do Secretariado Nacional de Liturgia.»

De entre os órgãos de comunicação social presentes aos trabalhos, destacam-se a RDP, que dedicou a este Encontro dois programas; a RTP, que deu um apontamento desenvolvido no seu programa 70X70 do dia 26 de Setembro, e a RÁDIO RENASCENÇA que falou do Encontro nalguns dos seus programas das 22 horas.